

TRABALHADORES RURAIS DO RECÔNCAVO BAIANO: MEMÓRIAS E LINGUAGENS*

Charles d'Almeida Santana**

Diversidades

Existe uma certa tendência a generalidades, no Brasil, em estudos sobre o viver no campo. A partir deles, cria-se uma imagem do homem rural relacionada à inabilidade em lidar com o “moderno” que, por extensão, justificaria sua inadequação à sociedade urbana. Todo argumento mostra-se mediatizado pela eloquência da equivocada compreensão de uma “inferioridade intelectual” do agricultor brasileiro, num sentido geral que o bestializa. Nessas pesquisas, a expressividade das relações com a natureza adquire estatuto de simplicidade e dá margem a interpretações que congelam a dinâmica de costumes, hábitos e valores rurais. Assim, reduzem os diferentes significados da vida nas roças à compreensão nostálgica de uma realidade extinta ou fadada ao desaparecimento, cuja demanda central radicaliza-se na necessária conservação, muitas vezes teatralizada, de algumas de suas dimensões mais expressivas.

A abordagem referida identifica a cultura campestre pelo viés do folclore, do exotismo, e, pela supressão da complexidade histórica, abstrai o processo em reflexões que homogeneizam complexas estruturas de sentimento e práticas inventadas/reinventadas cotidianamente. Ocorre ainda, por diferentes caminhos, a construção do mito do cam-

* Neste texto busco outros desdobramentos de reflexões e temas abordados na minha dissertação de mestrado, defendida em 14 de março de 1997. Santana, C. d'Almeida. *Fatura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações — Bahia (1950 —1980)*. São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, 1997.

** Professor de História da Universidade Estadual de Feira de Santana — UEFS, da Faculdade de Formação de Professores de Santo Antonio de Jesus — FFPSAJ/UNEB e doutorando em História na PUC-SP.

ponês abstrato, apolítico, apático, submisso e incapaz de constituir-se como sujeito ativo de sua própria condição social. O trabalhador rural é transformado em objeto de carências a serem suprimidas por intermédio de ações institucionais ou pessoais, como que a tentar “salvá-lo” do embrutecimento absoluto.

Em outro sentido, escritos acerca da realidade rural brasileira remetem a análises de espaços e tempos históricos fechados em si mesmos. Ficam inibidos, pois, os encontros e desencontros entre variados lugares, lugarejos, vilas, campos-cidades e passados, presentes e futuros onde e quando a vida cotidiana transcorre. Quer seja quanto a espaços e tempos, quer seja quanto a recortes temáticos, a morte, por exemplo, esses estudos desassociam o viver do lutar, o feminino do masculino, a festa do trabalho, a religiosidade da política, a linguagem das experiências, em compartimentações estanques e alheias aos processos históricos vivenciados. Valorizam modelos interpretativos consolidados enquanto perde-se a diversidade social.

Para reflexões que lidam com a possibilidade em apreender o múltiplo na história, depoimentos orais de trabalhadores de roças de Conceição do Almeida e Santo Antonio de Jesus, no Recôncavo Baiano, indicam importantes alternativas. Trata-se de testemunhos gravados com o intuito de interpretar significados históricos, do ponto de vista de trabalhadores rurais, do movimento migratório entre os anos de 1950 e 1980¹. Durante esse período ocorreu uma virada nas expectativas de agricultores, surpreendida nas variações do significado da palavra *futuro*, entre outras. Nas falas, o fim dos quintais de café, a decadência das roças de fumo e a derrubada das matas articulam-se à diminuição das possibilidades de conquistarem sua sobrevivência e construir um novo cotidiano.

As lembranças expressam experiências da migração em direção à cidade enquanto uma fuga à condição de “mendigos”. Nas memórias, ao mesmo tempo em que aparecem relatos acerca da expansão da criação de gado bovino na região, registram referências à migração de trabalhadores “transportando” tradições que, seletivamente,² poderão ser resgatadas na dinâmica urbana. Aqueles que permanecem no campo vivenciam processos

1 Entre as obras que tratam dessa migração na Bahia, destaca-se a de Guaraci Adeodato Alves de Souza, *Migração e subemprego em Salvador*. Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA, mimeo, 1978.

2 A esse propósito, Raymond Williams lembra que “O que temos de ver não é apenas ‘uma tradição’, mas uma tradição seletiva: uma versão intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado, que se torna poderosamente operativa no processo de definição e identificação social e cultural. Williams, R., *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979, p. 118.

culturais nos quais algumas tradições passam ao desuso e outras são inventadas sob diversas pressões inscritas no âmago do movimento histórico regional.

Trabalho e cotidiano nas roças

O testemunho oral de Dona Lourdes, entre tantos outros, sugere bem variações no confronto-encontro de formas da tradição oral, da escrita, do trabalho, da religiosidade, etc. Embora tenha residido na roça até cerca de um ano antes de ter gravado as lembranças, uma de suas filhas tendo concluído o magistério de segundo grau e, também, por conta de problemas na saúde de uma outra filha, diversas vezes esteve em Salvador de uma maneira mais envolvente do que em eventuais visitas feitas a parentes, na capital da Bahia. Suas representações sinalizam diversidades nos mundos do trabalho:

Trabalhava muntio na terra dos outro, Dr. Humberto. Vivia assim, pode dizê, de ventura. Porque trabalhava! Meu marido trabalhava de ganho, pra alimentá família e quando plantava uma roça, era partida à meia, à terça. Era assim. Aqui não tinha nada não. Trabalhava, vivia de ventura porque não tinha, como é, não tinha nada. Só vivia trabalhano. E, tinha outro, do meio pro fim peguei a fazer doce pra vendê. Fazer doce. Saí quando tinha uma missa nos lugá. Ia praqueles lugar vendê doce. Vivia disso. Longe, muito longe.

Nesta passagem do depoimento, Dona Lourdes, com 66 anos de idade e proprietária de um pequeno sítio no Senhearém, nos limites do município de Santo Antônio de Jesus, faz alusão ao tempo em que era rendeira. Sua percepção acerca da vida dos lavradores desdobra-se em algo distante do seu interesse ou do que pudessem escolher: “*era uma ventura*”. O cotidiano era de trabalho duro e intenso nas roças: “O dia? Vivia andando. Ia pra roça. Ia pra lenha. Ia pra jaqueira. Ia praqueles lugá assim. E quando não tava trabalhano, panhando café pras pessoa, tava fazeno isso”. “Só vivia trabalhano”, andando por caminhos de mais de seis quilômetros com um tabuleiro de doces na cabeça, com as mãos entorpecidas sob a chuva.

Em outros momentos, os agricultores poderiam estar a fabricar seus próprios pratos, panelas e variados artefatos de barro. Algumas poucas “paneleiras” profissionais produziam com o objetivo de vendê-los nas feiras da região. Do mesmo modo que o artesanato de cerâmica poderia vir a ser vendido, eventualmente eram comercializados outros trabalhos femininos, profissionalizando-os. Ao caráter complementar, por vezes principal, da confecção de roupas em bugariana (tipo de tecido), somava-se a fabricação

manual de charutos, doces, biscoitos e bolos, cuja aceitação nas feiras, missas e festas revertia-se em possibilidades de significativa contribuição nas despesas familiares.

São significativas, deste ponto de vista, as recordações de Dona Maria Silva Santos. Ainda de pouca idade, ela chegou no Tabuleiro de Menezes como acompanhante da professora da vila rural, distrito de Conceição do Almeida. Pressionada pelas exigências da “patroa” e por crescer longe da família, a franzina Dona Maria aprendeu a tomar iniciativas mais autônomas. Mais tarde, já casada com Sr. Mario, acumulou funções de esposa do delegado e professor da roça, de cabo eleitoral, de rezadeira, de parteira e, junto com o esposo, a de “administradora” de fazenda. E, ainda mais, conforme as suas próprias palavras:

Eu matava boi, ôchem! Eu ia com dois home: um magarefe mais outro. Metia a faca e distrinchava o boi. Levava daqui, ia pro rio, lavava todo. Chegava em casa cortava todo. Metia no sal e dia de sexta feira ia pra rua. Eu tive venda aqui a vida toda. Mário nunca soube o que era ir na rua faze uma compra pra venda não. Quem ia era eu. Dias que ia com três, quatro anima. Lata de gás, saco de açúcar, saco de farelo, tudo. A minha vida foi um fracasso! Trazia tudo no panacum. Mário tomava conta pra vendê, agora pra vendê, mas pra comprá não ia não.

As dificuldades em sobreviver aos maus tratos, à vida dura e à exploração a ensinaram ir além de pressões determinantes no mundo rural. Expressando-se numa linguagem carregada de emoção, sentimento de algum modo improvável na escrita,³ ela mostrou-se orgulhosa por ter realizado trabalhos pesados, aqueles mais apropriados à suposta “natureza” masculina, como que a buscar trilhas para construir, com a mediação da língua, sua condição de mulher.

Enfim, a procura de um *futuro* empurrava os trabalhadores rurais em direção a atividades entendidas como secundárias, se compararmos com aquelas outras nos roçados. Entretanto, a depender de determinadas circunstâncias, o trabalho distante das roças poderia assumir posição principal entre as ocupações dos agricultores. Com caráter temporário ou permanente, esses “empregos” configuravam-se em portas estratégicas aos lavradores. Provavelmente, o comércio de carnes salgadas, flores, farinha de man-

3 Em diálogo com Platão, Jeanne Marie Gagnebin considera que “É a exterioridade da escrita, oposta à visão interior da alma, que faz dela um *pharmakon* artificial, tanto mais perigoso quanto ele é ainda mais sedutor.” Ver da autora *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro. Imago, 1997, p. 55.

dioca, tanto em feiras de cidades próximas quanto em Salvador, tenha ganho destaque antes mesmo do desaparecimento dos tropeiros e vendedores ambulantes de peixe de espeto e rapadura.

E, apesar de não possuírem nada, porcentagens das roças por eles plantadas deles fugiam por entre os dedos, “à meia, à terça”. São afirmativas que denotam preocupações para além da conquista do sustento imediato, de apenas “concordar” em ter morada junto às roças, plantar roças permitidas pelos fazendeiros, caçar nas matas da região ou sustentar sobrevivências do arcaico coronelismo no meio rural brasileiro.⁴

Obviamente, muitos fazendeiros promoviam empecilhos às expectativas de melhorias dos rendeiros e meeiros.⁵ Enquanto que aqueles que não produziam satisfatoriamente, para os patrões, poderiam ser sumariamente dispensados; os trabalhadores rurais que estivessem prestes a conquistar melhores condições de vida poderiam sofrer diferentes pressões contrárias, no sentido de serem mantidos dependentes do proprietário.

A família de Dona Lourdes era de rendeiros. Mas seu marido, Edgar Cerqueira, também “trabalhava de ganho” com a “venda do dia”, acertando uma tarefa, com pagamento em dinheiro ou em mercadorias. Outros depoentes recordam a possibilidade de associar atividades em suas roças com empreitadas em um engenho de açúcar vizinho ao seu terreno. Por vezes, pequenos proprietários arrendavam terras aos fazendeiros; outras vezes, após “pagar a renda” da terra durante um ou dois dias na semana, um rendeiro poderia trabalhar em alguma meação ou em roças de diferentes donos de terras.⁶ O testemunho de Ramos Celestino da Silva registra que havia a probabilidade de um meeiro ser contratado como magarefe, ou como tropeiro, ou em um pequeno comércio; ou, nos períodos de safra, em barracões de café e de fumo.⁷

4 Numa outra abordagem, Pierre Bourdieu analisa questão semelhante. Ver do autor *Algérie 60: structures économiques et structures temporales*. Paris, Minuit, 1977. Especialmente o primeiro capítulo intitulado “Espérances subjectives et chances objectives”, p. 67 a 81.

5 Um interessante estudo das estratégias de dominação no mundo rural foi feita por Afrânio Raul Garcia Júnior. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo\ Brasília, Marco Zero\ Editora UnB, MCT-CNPQ, 1989.

6 Para maiores detalhes a respeito do comércio de café e fumo, na região, ver *Estudos Básicos para o Projeto Agropecuário do Recôncavo*. Tomo III, p. 53; e *Análise Global da Economia Baiana*, vol. 1, p. 153.

7 A esse respeito, Luciano P. Coni observa que, em Conceição do Almeida, o beneficiamento do café “seria, até 1970, o grande suporte da mão-de-obra operária nesta cidade.” In: Caldas, G. C. *Conceição do Almeida: minha terra minha gente-memórias*. 2 ed. Salvador, Editora Mensageiro da Fé, 1974, p. 404.

Enfim, o pequeno proprietário, o renteiro, o meeiro, o comerciante, o diarista e o assalariado poderiam se manifestar na história de vida de um único indivíduo. Uma multiplicidade de relações de trabalho, portanto, a sugerir a velocidade com que elas eram cotidianamente pensadas e objetivadas como prática social, no contexto de todo um modo de vida e de luta, e não como um dado pronto e acabado e suscetível de ser capturado pelo pesquisador. Daí o risco em se conceituar o trabalhador rural da região segundo relações assalariadas, de meação ou qualquer outra; ou segundo uma única atividade “profissional”, de modo a tornar improvável a apreensão do lavrador como sujeito ativo na dinâmica cultural do campo baiano.

Com efeito, os próprios trabalhadores têm dificuldades em distinguir, para estranhos ao seu mundo da linguagem,⁸ o renteiro do meeiro e este do pequeno proprietário. Enquanto essas dificuldades demarcam nossos campos, e proporcionam uma dada tensão no decorrer das entrevistas, elas afloram, indicando a sensação de identidade entre os trabalhadores da região, durante o período estudado.

Davi Rocha, filho de um “posseiro” em terras da fazenda do próprio avô, ao fazer um esforço para diferenciar o renteiro do meeiro, depõe acerca de semelhanças de destinos entre eles:

Porque o arrendeiro, digamos, ele naquele tempo, ele dava um dia de renda na semana e o resto da semana trabalhava ao ganho, né? Outros era assim: um dia de renda, um ou dois dias de contrato e o resto trabalhava ao ganho. O meeiro não. O meeiro, ele morava ali, tudo que fazia era à meia, sobre a parte da roça. Se ele plantasse mandioca era dividido, se ele plantasse fumo era pesado, era dividido, se criasse um porco era dividido. Tudo era assim. Morava tudo na mesma fazenda, só dependia de acordo: você quer à meia ou quer arrendeiro? Outros já pagava a renda por ano. Acertava o preço, fazia a conta xis por ano. Às vezes pagava no início do ano, às vezes no fim do ano, safra de fumo. Agora, tempo de panhação de café todo mundo ganhava. No tempo de panhação de café já era separado, era por caixão.⁹

8 Recorro aqui à alternativa de opor linguagem, palavra falada, à escrita, palavra escrita, ancorado em Benjamin, Walter. “A doutrina das semelhanças”. In: *Magia e técnica, arte e política*. 7ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994, vol. I, pp. 108-13.

9 Como podemos notar, ao passo que os lavradores observam nítidas distinções entre renteiro e meeiro, as publicações oficiais do Estado da Bahia confunde esses dois tipos de relação de trabalho no campo. Ver *A estrutura agrária na economia do Recôncavo*, p. 88; *Estudos básicos para o projeto agropecuário do Recôncavo*. Tomo III, p. 52, e *Análise global da economia da Bahia*, vol. I, p. 153.

No contexto de uma contínua negociação, tanto os rendeiros quanto os meeiros poderiam morar nas terras onde trabalhavam, muitas vezes em casas de taipa com telhado de palha, poucas janelas e escuras no seu interior. Fogões de lastro de barro sobre quatro forquilhas de madeira e uma trempe de ferro, com camas de varas forradas com esteiras de piri¹⁰. Preparavam o piso das casas com um *maio*,¹¹ até deixar o chão de barro bem compactado e nivelado.

A diferenciação entre eles adquiria, segundo as lembranças de Davi, uma certa formalidade, em meio à fluidez das negociações e dos conflitos, no contrato oral entre os trabalhadores e os proprietários e na história das famílias. Os contratos poderiam estar envoltos em um forte sentimento de destaque pessoal-familiar, traduzido, segundo possíveis interpretações da linguagem, na condição de “empregado”: “eu não era nem arrendeiro, nem meeiro. Era empregado!”,¹² um tipo de administrador, com salário semanal fixo. As distinções ainda apareciam na morada com telhado de cerâmica, motivo de orgulho e sintoma de permanência mais demorada no lugar e respeito entre os trabalhadores. Enfim, diferenças registradas na memória que permitem, também, apreender interesses e intenções inscritas no dia-a-dia do lavrador:

Não, a minha família mora em uma casa era de telha! A casa aí em Santana? Era de telha! Era uma casinha. Não era muntio ruim não. Na frente da igreja. Não era uma casa muntio ruim não!¹³

Todavia, ao final do trecho do depoimento de Davi, emerge um indicador de identidade histórica, um encontro de destinos passados, presentes e futuros entre todos os trabalhadores rurais: “no tempo de panhação de café todo mundo ganhava”, igualmente, por caixão de grãos colhidos. São semelhanças e diferenciações que matizavam a vida e a luta dos lavradores, enquanto realizavam a sua história no pesado trabalho nas roças.

Nestes testemunhos, surpreendem-se múltiplas possibilidades de relações de trabalho em que uma mesma pessoa poderia se envolver, entrelaçando “conceitos” que tentam apreender uma hipotética realidade camponesa abstraída de seu movimento, imobilizan-

10 Piri: tipo de vegetação cujas folhas longas são utilizadas na confecção de artesanato.

11 Malho: pesado instrumento todo em madeira, de base quadrada ou retangular, e com um longo cabo.

12 Vitor dos Santos. Depoimento citado.

13 Depoimento de Maria de Lourdes Santos.

do-a analiticamente. Principalmente até a primeira metade dos anos 60, quando a migração atingiu níveis maiores, os fazendeiros “permitiam” as atividades suplementares, nos horários de folga, aos sábados e domingos ou nos períodos de entressafra. Desse modo, mantinham a mão-de-obra próxima aos cafezais e grandes plantios de fumo: dimensões do processo histórico de exploração independentes das vontades¹⁴ dos trabalhadores rurais. Porém, práticas de passividade-resistência à exploração por parte dos lavradores desdobravam-se num espectro de variados momentos de seus modos de vida e de luta.

Outros horizontes: múltiplas perspectivas

É de se destacar o depoimento de Lauro Alves, 62 anos, lavrador com visitas mais sistemáticas na política da região, particularmente no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Almeida. Atual tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Almeida, residente no distrito de São João desde a idade de oito anos e com experiências urbanas em São Paulo e Salvador, ele relata acerca de suas idéias sobre condições de vida e de luta de meeiros, rendeiros e pequenos proprietários. Embora cauteloso ao responder, durante a entrevista, questões de política sindical, ele serenamente refere-se a importância e problemas da roça de fumo, pois ela é “uma roça de muito trabalho”. Ao lembrar, ainda caracteriza dificuldades que remetem à exploração do lavrador, pois “tinha que tomá um dinherinho no armazém. Aí, quando a gente ia levá a safra, eles fazia o que queria”. Por conta dos prejuízos nas roças, “todo mundo começou a deixá de plantá fumo” e “muita gente foi pra São Paulo, e Salvador também”. Do ângulo de uma possibilidade interpretativa, surpreendem-se alguns condicionantes que fixaram a “ventura camponesa” em outros lugares e pressionaram Lauro a envolver-se no sindicato.

Questionado sobre o início de sua participação sindical, ele recorda:

14 Ver o diálogo de E. P. Thompson com Giambattista Vico a respeito de “A história como processo”. Thompson, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros — Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. Ver também Bourdier, P. *La noblesse d'état*. Paris, Minuit, 1989, e Elias, N. *La société des individus*. Paris, Fayard, 1991, sobretudo pp. 50, 60, 62, 64, 70 e 81.

Bom! Eu comecei a participar nas reuniões, aí gostei. E o trabalhador tinha que se obrigá a tudo que eles queriam. Os problemas do arrendeiro trabalhar, o patrão querer judiar, querer castigar.

Além de um aumento da exploração face à crise da agroindústria fumageira, face à falência dos barracões de fumo, sensível ao mercado internacional em aguda queda de demanda, o depoimento de Lauro aponta na direção de suas sensações, que atribuem sentido à atuação política e à própria exploração. Assim, a sua tentativa de fixar-se em São Paulo e a presença no sindicato vêm envoltas de “gostei”, “judiar”, “castigar”. Expressões que não descolam as “condições objetivas” de um certo tipo de subalternidade social; mas que, principalmente, indicam como elas são interpretadas pelos próprios trabalhadores e a busca de diversas alternativas, antes da dolorosa decisão de migrar.

O sentimento de judiação e de castigo não se manifestam apenas nas lembranças de Lauro. Dona Maria, uma outra depoente, condena tais atitudes, qualificando-as de escravistas, por exemplo. Ela recorda que a sua vida foi dolorosa, pois levantava-se cedo, às quatro, cinco horas da manhã, e trabalhava duro até não se agüentar mais em pé: “era cortar fumo, plantá, manocá, café do mermo dono, e quando chegava em casa já era sete horas da noite”. Para ela, o fazendeiro de quem sua família era rendeira, Laurentino Bulhões, tratava os trabalhadores como escravos, sem respeito ou consideração. Pressionada a não insistir para que o seu marido fosse liberado das tarefas da fazenda, de modo que pudesse fazer farinha para a própria família, ela teria replicado: “Tá certo! Esse tempo de escravidão já acabou, mas pra o senhor não!” O mais rápido possível, sua família abandonou secretamente a fazenda.

A mesma Dona Maria testemunha sobre sua maneira de perceber a implantação da Consolidação das Leis Trabalhistas: um ponto de vista devastador. Para ela,

Os arrendeiro também pegaram a ousadia de morar no terreno um ano já quer ser dono, já quer botá o patrão no ministério. Parece até empregado. E aí foram se desgostano. Agora acho que vai acabá até esse negócio de ministério. Parece que eu vi dano de noite isso.

A rigor, não nos cabe julgar, condenar, seja a interpretação sejam as expectativas de Dona Maria. Os seus depoimentos apenas acusam o impacto, numa realidade histórico-cultural fincada na tradição, da repentina “imposição” de regras escritas e instituições dissociadas de seu universo histórico-cultural.

Por um lado, a violência da exploração e da submissão significavam uma continuidade intempestiva da escravidão, entendida como crueldade que “já acabou”. Em uma conjuntura histórico-cultural específica, a resistência inventada era silenciosa e anônima, como uma “fuga da senzala”. As práticas sociais constituintes do modo de se tratar a dominação, punham a ambigüidade do conformismo ao resistir, da resistência ao se conformar.¹⁵

Por outro lado, a voz anuncia a coexistência de um descontentamento com a antiga condição de escravo e o desgosto em relação à “ousadia de arrendeiro”. Uma incongruência na lógica da linguagem escrita a respeito de alternativas na relação entre violência e submissão, mas cabível na voz; na fala que “não é ‘signo’ do pensamento... (mas) a existência exterior do sentido”.¹⁶ Uma voz que anuncia jogos de temporalidades múltiplas e heterogêneas na memória. Ambigüidades que fazem emergir interesses em criar-recriar cotidianos na confluência do passado com o presente e o futuro. Projetos que sugerem o “retorno” a dimensões do cotidiano interrompidas pelo esvaziamento dos caminhos das roças; projetos que condenam a “ousadia de arrendeiro”.

As projeções de um futuro de trabalho negam os direitos trabalhistas, “agora acho que vai acabá até esse negócio de ministério” do trabalho, como resistências às experiências no presente vivido. Conformando-se à exploração no passado, a memória de Dona Maria organiza/cria um cotidiano possível no futuro, em que pressões à fuga dos trabalhadores das roças deixarão de existir: “parece que eu vi dano de noite isso”.

Ambigüidades com igual teor afloram, na entrevista de Lauro, no momento em que conversávamos sobre as migrações de trabalhadores rurais. Assim, “judiar” e “castigar” surgem como expressões que instruem a “diáspora” do lavrador. Trata-se de uma alternância ao nível da estrutura de sentimentos, o que implica numa convivência de representações teoricamente conflitantes, um campo de representações¹⁷ possível na linguagem oral.

É notável a existência de interpretações divergentes acerca de uma mesma condição social. O próprio Lauro recorre a outras representações da vida de famílias de traba-

15 Ver Chauf, M. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 6 ed. São Paulo, Brasiliense, 1994, pp. 122, 123, 124.

16 Merleau-Ponty, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo, Martins Fontes, 1994, p. 247.

17 Raymond Williams, em *O Campo e a cidade na história e na literatura* (São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 107) refere-se a “ambigüidades” no interior da estrutura de sentimentos.

lhadores: “a vida erá alegre!”. Entretanto, as reminiscências relacionadas a rupturas do cotidiano rural, aquelas que proporcionaram migrações, mostram-se dilacerantes. O vínculo desses novos sentimentos com o cotidiano vivido é recorrente nos depoimentos: a extinção das roças de café e fumo, a derrubada das matas, o fim da “fartura”.

Assim, a vivência da retração da magnitude da natureza, a diminuição das matas, a escassez da caça e da pesca, é compreendida como perda “pra gente”, com caráter quase pessoal: “Inté agora tinha muntio, tatu... Pescá. Mas depois a gente arriou porque a gente vai e não acha nada. Acabou os mato”.¹⁸ Os armazéns de fumo e café, onde, por vezes, muitos trabalhadores empregavam-se como carregadores, foram fechados. Diversos engenhos encerraram as atividades por conta da baixa produtividade e da diminuição no uso do açúcar mascavo e da rapadura.¹⁹ Mais do que estatísticas dos metros quadrados de floresta derrubada e contabilidades das empresas falidas, essas transformações significavam prejuízos ao nível da sobrevivência das famílias dos trabalhadores rurais. As conseqüências ocorreram em diversas direções, devastando uma complexa trama envolvendo atitudes, valores, representações sociais e dimensões estruturais do momento histórico-cultural inventadas e vividas pelos lavradores.

As dificuldades em sobreviver na roça levaram muitos a migrar. Em suas lembranças, afirma-se que o seu “povo” dirigiu-se a variados destinos “E lá foi adquirindo vida”. “E depois, arguns que se achou em condições, veio pegou os pais e levou. E aí essa família já desapareceu daqui”.

A Catarina Cristina, de 43 anos de idade e com residência fixa na capital baiana, comenta alguns motivos que teriam permitido-lhe “conseguir chegar em Salvador”, de sua fuga para a cidade, ainda adolescente: “precisava melhorar minhas condições... não só financeiras como... psicológicas, né?” Em suas memórias, a exemplo de muitas outras, a relação do migrar com o viver aparece com rara expressividade. Nelas, migrar é viver. O destaque de tal relação nos remete a pensar o seu significado ao nível da linguagem-memória de agricultores da região.

Ainda mais, suas lembranças permitem apreender a luta contra representações negativas acerca de Salvador.

18 Depoimento de Fernando Cerqueira.

19 Conforme estudos de Guaraci Adeodato Souza (op. cit., p. 40), das 18 usinas de açúcar existentes, em todo o Recôncavo, no ano de 1940, havia apenas 5 em 1973. Ver Bahia, *A estrutura agrária na economia do Recôncavo*, pp. 7-12.

Eu vim pra Salvador com menos de dezoito anos de idade porque na época eu achava, achava não, como até hoje acho que precisava melhorar minhas condições... não só financeiras como... psicológicas, né? Eu...sei lá! Eu saí daquela vida que eu estava levando ali de sofrimento, de agonia, de tanta... coisa. Pra ver também o que era que eu ia dar. Eu tinha que... botar o pé direito na frente e ver. E aí eu resolvi realmente desobedecer a todo mundo lá.

— E vou, e vou e acabou!

As reticências na voz indicam o quanto o enfrentamento com a família e a desobediência “a todo mundo lá” ainda constroem Catarina. Lembranças resistentes ao resgate. As reminiscências, com clara participação de vivências urbanas, de algum modo homogeneizam o tempo na medida em que ela, “até hoje”, considera corretos os motivos da sua caminhada a Salvador. São pressões visualizadas para além do “financeiro” e do “psicológico”, pois “Eu...sei lá! Eu saí daquela vida.” São pressões entendidas como definidoras da vida ou da morte, portanto.

É de se notar, assim, a veemência da decisão de Catarina enfatizada na frase: “E vou, e vou e acabou!” Contraditoriamente, em outros momentos do depoimento, ela afirma, consoante com Dona Lourdes e outros depoentes, que “a vida na roça era alegre”. Se antes poucos aventureiros atiravam-se por outros caminhos, distanciando-se da “alegria” no campo; agora, as possibilidades instigam espíritos menos ousados, com o fim de “botar o pé direito na frente e ver”. A depender das circunstâncias, na voz ou na história, lança-se mão de uma ou de outra representação.

A escolhida por Catarina foi a de Salvador dos migrantes, do trabalho, de quem precisa “ser gente”. A representação preterida foi a do “sofrimento, da agonia, de tanta...coisa” e a da “escravidão”. Ela recordou o argumento que teria convencido sua mãe:

Eu disse:

— Mãe! Tô precisando estudar, tô precisando trabalhar, tô precisando ser gente”.

E se explica:

Gente é uma pessoa mais instruída... uma pessoa... entendeu? Que estudasse, que tivesse alguma coisa na vida. E hoje, graças a Deus, eu não sou rica, não tenho nada, mais tenho minha casinha.

A flutuação entre diferentes representações pode ser, também, pela ampliação de horizontes inscrita na memória e na história de trabalhadores rurais. O êxodo não ocor-

reu exclusivamente por motivos macro e micro econômicos. Catarina nos fala o quanto suas intenções foram decisivas. Ela queria “ser gente”, pois naquele tempo “nós éramos bichinhos”: “estudar”, “trabalhar”, “fazer futuro” seriam os seus interesses mais intensos.

As passagens dos depoimentos aqui tratados sugerem múltiplas considerações. Uma, trata da alegria, transmitida nos gestos e no tom da voz, mais do que nas palavras em si, de muitos trabalhadores terem escapado da tristeza de “mendigar o pão”. Até porque, a impossibilidade da roça como sinônimo de pão acarreta diversas outras impossibilidades: a da presença do filho, a do trabalho, a das casas, a do endereço. A referência à alegria em meio a um profundo sentimento de perda é notada, também, na utilização de tempos verbais, passado e presente, da maneira mais nítida nos testemunhos, indicando a força da imagem do choque proporcionado pelas circunstâncias narradas. Essa variação de sentimentos e a utilização de tempos verbais nos permitem apreender os significados de outros trechos dos depoimentos, passagens em que depõem acerca do dilema em migrar ou não e, caso se decida por viver na cidade, qual seria o melhor momento para realizar o futuro no mundo urbano.

Nas representações de Dona Lourdes é categórico o significado de fim: “acabou o trabalho”, “acabou as casas”, “cabou a roça!” E, “aí fica sem endereço!” Aqui, “endereço” não se refere a um nome de rua e a número de casa. A expressão refere-se ao “alegre pela natureza”. Para ela, não há mais festas de São João, pescarias nos rios e caças nas matas; os parentes, sua família, dispersos por distantes cidades, não se reúnem durante as festas da fogueira. Serenamente, ela confirma que “Hoje acabou todas as casas dos arrendeiros”, o lugar onde brincavam de roda, raspavam mandioca, guardavam os apetrechos de caça e pesca.

E, se se quer encontrar um responsável pelo impedimento de os reideiros criarem boi, cavalo, jegue, porco e “muntio galinha”, Dona Lourdes não titubeia. Os fazendeiros são quem “não dão terra aos arrendeiros pra trabaiá mais”. Nota-se que não é referida nenhuma entidade mística ou metafísica, sobre cujos ombros caia o peso político da falta de “endereço” dos lavradores. São os “patrões” que, sumariamente, dizem “‘eu quero o terreno desocupado’, que é pra plantá capim”.

É significativa a distância entre este trecho do depoimento de dona Lourdes e outro, quando recorda o passado como um tempo em que trabalhava muito, mas vivia alegre por ter saúde. Sua relação com o proprietário era boa “porque ele dava o terreno pra gente plantá e tinha direito” de pegar lenha e jaca, além de pescar na fazenda. O contrato oral entre ela e o “Doutor” estipulava o pagamento da metade da mandioca e de um terço do fumo produzidos. As outras roças, milho, feijão, abóbora, pertenciam totalmente

à sua família. Porém, dessas roças que “a gente não partia, a gente dava um agrado a ele assim”, tanto para reforçar a própria sujeição como para oferecer um tímido, sutil e talvez eficaz “suborno” ao fazendeiro.

Diferentes experiências frente às “pressões e limites de uma hegemonia existente e poderosa”.²⁰ Enquanto, numa passagem, ela mostra-se, de algum modo, implacável em responsabilizar os “patrões”; na outra, lembra que “agradava” o fazendeiro proprietário das terras onde sua família era rendeira: um tipo de “suborno” inscrito na estratégia tradicional de convivência com elementos de dominação em uma ventura camponesa.

Todavia, ao tratar do esvaziamento das roças, Dona Lourdes apresenta atitudes dos fazendeiros como um dos motivos principais de seu filho ter ido para Salvador. Na linguagem, portanto, seu relacionamento com o “patrão” adquire tanto a característica mista de cooperação-suborno, quanto a da radicalidade que condena o proprietário de terras limpas de “povo”, “pra plantá capim”. Detalhes fundamentais de múltiplos horizontes vivenciados por trabalhadores de Conceição do Almeida e Santo Antonio de Jesus.

Palavras e linguagens

Enquanto dimensão de todo processo, formas da linguagem escrita, a exemplo de almanaques, textos religiosos, jornais, convivem com a tradição oral, em incorporações crivadas de múltiplos contornos. O imbricamento da informalidade da linguagem oral com construções lógicas da escrita indicam sobrevivências. Mas sobrevivências que emergem com qualidade de resistência em não se render plenamente a elementos estranhos à realidade rural. Na medida em que tais padrões lingüísticos não aparecem com maior frequência nos depoimentos, vem à tona um esforço de os agricultores manterem-se vinculados a suas origens rurais. E o saber-fazer uso de elementos de uma cultura letrada, mediação central no recurso a regras da escrita, mostra-se como um conhecimento e um testemunho do lugar na sociedade em que ocorrem lutas pela constituição de sujeitos, contra a universalização do ser lavrador.

Num contexto histórico definido, no período em estudo, acentuam-se as sutilezas nas fronteiras entre o oral e o escrito. Articuladas à ampliação do número de escolas rurais, à instalação de escolas nas novas periferias das cidades que cresciam sobre as roças, ao aperfeiçoamento do transporte de jovens estudantes, a voz e as letras disputam

20 Williams, R., *Marxismo e literatura*, p. 114.

espaço na oralidade, interagindo uma com as outras. Todavia, isto não se desenvolve como exemplo à “tese geral de que a palavra escrita incentivou a padronização do falar”;²¹ não significa nenhum tipo de normatização ou cristalização, e sim um leque mais ampliado de alternativas do discurso oral, no interior da cultura popular da região.

As narrativas dos entrevistados apresentam-se como um campo de tensão a indicar tais encontros-embates do oral com o escrito. O emprego, ou não, de padrões eruditos de concordância gramatical, de pronúncia das letras “ele” e “erre”, especialmente no final das palavras, as modalidades de uso da palavra *muito*, que, via de regra, aparece na forma mais usual pelos depoentes: “muntio”, tende a indicar trajetórias individuais e familiares, no que se refere à escolaridade, a contatos mais intensos com a vida urbana e a maior frequência nas cidades. Contudo, o recurso a frases construídas de variadas formas não se esgota em condicionantes segundo vivências citadinas e escolares dos lavradores. O conhecimento, por vezes registrado nos depoimentos, indica a luta pela construção permanente de uma identidade coletiva dos trabalhadores mediatizada pela linguagem, como “sinais de identidade ou suportes para a identidade”.²² Nela, dimensões de poder desempenham papel central na escolha da alternativa discursiva a ser utilizada.

É emblemático, a esse respeito, o depoimento de Vitor dos Santos. Em luta para disputar o domínio da palavra, no contexto mesmo da entrevista, já nos testemunhos iniciais ele recorda, com um ritmo pausado, pensado, cerebral:

Eu nasci pra lá de Dom Macedo Costa. Num lugar por nome Mucambo. Quando eu vim morar na chácara Amparo, devia ter uns quarenta e cinco anos.

Questionado acerca do cuidado com os doentes, ele enfatiza:

Meu senhor, isso é secundário!

Não se tratava de dominar a palavra pela palavra. No embate, colocava-se em jogo o controle do resultado da pesquisa à medida em que esforçava-se em pronunciar o “erre”. Por outras vezes mais, Vitor voltou a temas que lhe interessavam e retomou a fala, impedindo interrupções:

21 Burke, P. *Arte da conversação*. São Paulo, Editora UNESP, 1995, p. 157.

22 Idem, p. 95.

Mais deixa eu te contá o caso que eu ia lhe contá.

São possibilidades da língua que surgiram em meio a longas narrativas, algumas com, aproximadamente, vinte e cinco minutos. Aquelas tematizadas em negociações de contrato de trabalho foram as mais extensas e cuidadosamente construídas na voz. A atenção em organizar o depoimento descortina outros detalhes referentes a variações no discurso de Vitor, para além da face política da entrevista. Creio que as passagens mais representativas são aquelas em que ele rememora argumentos para não aceitar condições de trabalho propostas por proprietários:

Quais as condições do senhor?... Olha, seu Marcelino! Eu me casei porque eu precisava de uma mulher. Desde quando eu procurei me casar...

Então, olhei por aí... Depois ele perguntô as condição, como é que eu vinha. Eu digo: sim Coroné, só o Sr. dizendo como, porque eu mesmo não posso lhe dizê como é. Agora, depois, se o senhô dissé suas condição, eu digo a minha. Agora, é preciso o senhô sabê onde é a terra que o senhô vai me dá pra eu trabalhá. Eu tenho que pagá a renda da terra. Agora, só pra viver de diária, não coroné. Aí eu digo: mexo farinha, mas tarefa grande, não. Mas tarefa pequena eu sempre mexo. A casa-de-farinha, o senhor cobra? Não? Tá certo. Mas, não dá pra arrancá sua mandioca à meia, viu seu João!

Aqui, a utilização de variadas construções frasais,²³ de outros ritmos e tons, no interior de uma mesma língua, adquire estatuto de poder ao nível de relações que extrapolam as do nosso diálogo. As construções elaboradas com maior cuidado revelam que Vitor tem certeza do alcance da palavra enquanto força frente à exploração. Uma autoridade na voz que exprime experiências e vivências cuja apropriação é saber lidar com a lembrança-poder e desdobra-se em abordagens acerca da materialidade da linguagem-processo “que exerce pressões e fixa limites”²⁴ históricos, sem se constituir em “um sistema convencional de signos”²⁵, com regras e leis lingüísticas fechadas e descarnadas.

Implica considerar cruzamentos de diversos condicionantes a agir sobre a oralidade, desde circunstâncias que forjam reconstruções da memória até intenções de intervir

23 Segundo Peter Burke, Bakhtin preferiria “diferentes gêneros no falar”, e os sociolinguistas usariam a expressão “diferentes registros”, em lugar de variadas construções frasais (Burke, op. cit., p. 26).

24 Williams, R., op. cit., p. 49.

25 Benjamin, W., op. cit., p. 110. Ver Gnerre, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo, Martins Fontes, 1994. Ver também Bakhtin, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1981.

politicamente no social. A força destas pressões na fala revela-se em recordações que mantêm mudanças no discurso efetuadas no passado. Ao rememorar suas posições nas relações de trabalho, Vitor, imediatamente, busca a forma “certa”, do ponto de vista político, com narrativa mais convencional, não coloquial, e aponta possibilidades de interpretações da língua enquanto dimensão constitutiva-constituidora de sujeitos históricos no campo e na cidade.²⁶

Numerosos estudos do mundo rural, aqueles que se esgotam na análise das relações de produção, não conseguem perceber o lavrador como agente do processo constituidor de seus modos de vida. Neles, predomina a ótica da passividade do homem do campo frente aos níveis estruturais da realidade. Simplesmente subjugados pelas “forças produtivas atrasadas”, os trabalhadores rurais vêem seus interesses, suas intenções e vontades reduzidas a fantasias não racionais, a deformações do real,²⁷ e, portanto, descartáveis em pesquisas “sérias”. É exatamente a “seriedade” de alguns pesquisadores o entrave à consideração da experiência humana enquanto constituidora e constituinte da história, na conjunção de diferentes dimensões dos processos culturais.

Esses interesses, intenções e vontades podem adquirir visibilidade em determinados elementos da realidade vivida que surgem como recordações. São lembranças que dão conta, de alguma maneira, de experiências impressas em representações sociais do passado. Diferentes linguagens socialmente construídas; oralidades mediatizadas-mediadoras de histórias, memórias, lutas, poderes e vivências.

26 Ver Williams, R, op. cit., pp. 27-49.

27 Raymond Williams defende que “O que falta fundamentalmente... é qualquer reconhecimento adequado das ligações indissolúveis entre produção material, instituições e atividades políticas e culturais, e consciência... não no sentido de que não se podem distinguir para finalidades de análise, mas no sentido decisivo de que não constituem áreas ou elementos separados, mas o todo, as atividades e produtos específicos de homens reais” (op. cit., p. 84).